

## APRESENTAÇÃO

Este número da revista *Fórum Lingüístico* é composto por seis textos: quatro artigos e dois ensaios, que tratam de formação de neologismos no português, antropônimos como recursos coesivos, categorização na linguagem, codificação da morfologia do português, transposição didática e elaboração didática.

O primeiro artigo, *Formações neológicas no português brasileiro: uma perspectiva discursiva*, de Maria Marta Furlanetto, como o título sugere, aborda, do ponto de vista da análise do discurso francesa, a motivação sócio-histórica da formação de neologismos no português do Brasil, tendo como dados analíticos manifestações textuais escritas do “português culto”. Analisando palavras como *ambulancha*, *refacção*, *pop-ópera*, *pilantropismo*, a autora salienta que “As mudanças inevitáveis na vida social se refletem e refratam na linguagem, e é assim que qualquer alteração nos discursos (acréscimo, supressão, deslizamento de sentidos) se configura como ‘sintoma’ da dinâmica do mundo social, com valores em confronto.”.

O segundo artigo, *Usos de antropônimos como elementos coesivos*, de autoria de Márcia Sipavicius Seide, analisa, sob o ponto de vista onomástico e da Linguística Textual, o uso de antropônimos (nomes próprios, pseudônimos e apelidos) no jornalismo de revista como elementos coesivos, constitutivos do processo de referenciação, enfatizando os valores culturais, sociais e históricos desses usos. Segundo a autora, o uso de nomes próprios como elementos coesivos transcende sua função designativa; ele é fruto de uma escolha por parte do designador, feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Assim sendo, “[...] os nomes próprios são utilizados quer para introduzir um referente no discurso, quer para retomá-lo, motivo pelo qual são considerados recursos linguísticos para a construção dos objetos-de- discurso”.

O terceiro artigo, de autoria de Magdiel Medeiros Aragão Neto, intitulado *Categorização, dá para não fazê-la?*, discorre sobre a categorização na linguagem a partir de diferentes perspectivas, tais como a filosófica, a linguística, a psicológica, a antropológica e a computacional, destacando sua importância e quais propriedades geralmente são usadas quando se estabelece à qual categoria determinada entidade pertence. Partindo da hipótese de que o ser humano é *fadado à categorização*, o autor realiza teste para verificar como dez sujeitos categorizaram “dez espécies [desenhos] de animais híbridos”: quais propriedades são usadas para se categorizar desenhos de

animais híbridos; em que nível se dá a categorização; e observar se ocorre o processo metonímico levantado por Lakoff e Johnson (1981) para reconhecimento de seres humanos.

O quarto artigo, de Leonor Scliar-Cabral, apresenta o referencial teórico e a metodologia do projeto *Codificação da morfologia do PB e análise da fala dirigida à criança*, que dá nome ao texto em foco. Segundo a pesquisadora, “[...] comparando-se a formalização das classes sintáticas e respectivas regras do espanhol e do italiano, que servem de modelo, com as já efetuadas para o PB, chegou-se à conclusão de que elas necessitavam ser refinadas e expandidas, com o concurso de especialista em linguística computacional, com sólida formação em linguística.”. Por isso, uma das metas do projeto é criar um programa que possibilite o processamento automático das unidades morfológicas do português do Brasil, a partir dos dados do projeto CHILDES. Esse programa permitirá “[...] verificar o quanto a intuição dos adultos permite a adequação de seu registro ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança [...]”, “[...] a possível influência da gramática do adulto na construção da gramática da criança [...]”, bem como “[...] colocará à disposição de qualquer pesquisador que deseje investigar o PB um instrumento que lhe permitirá a análise automática dos morfemas”.

Os dois últimos textos são traduções de trabalhos publicados originalmente no número 97/98 da revista PRATIQUES (França), que foi inteiramente dedicado ao estudo da transposição didática em francês. Com a publicação pelo MEC dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* em 1996, o conceito de *transposição didática* tornou-se frequente nas esferas científica e escolar. Assim sendo, a tradução de dois textos sobre a temática é de suma importância para que pesquisadores e professores situem axiológica e epistemologicamente esse conceito. Vale ressaltar que os textos, traduzidos por Ana Paula Guedes, ex-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, e Zélia Anita Viviane, professora de francês da UFSC, com versão inicial para fins didáticos, muito já contribuiu para a formação de pós-graduandos em Linguística Aplicada; por essa razão, considerou-se relevante a publicação de uma tradução oficial para tais ensaios.

O texto *Importância e limites da noção de transposição didática para o ensino do francês*<sup>1</sup>, de autoria de André Petitjean, historiciza o conceito de *transposição didática* e, ao mesmo tempo, avalia sua importância para uma disciplina como o Francês Língua Materna. Para tanto, o autor traz o conceito tal como elaborado por Chevallard<sup>2</sup>, com vistas à constituição da Didática (da Matemática) como uma disciplina científica, e as

<sup>1</sup> O título original do texto publicado em PRATIQUES é *La transposition didactique em français*. A mudança de título é resultado do processo de adaptação, feita pelo autor para esta tradução.

<sup>2</sup> O termo foi cunhado inicialmente por Verret, no campo da Sociologia, para dar conta do fenômeno de escolarização dos saberes. Posteriormente foi retomado (e ressignificado) por Chevallard, no campo da didática (da matemática). É desse campo que o conceito migra para as didáticas das outras disciplinas e para os Parâmetros Curriculares Nacionais (no caso, via estudos sobre o ensino-aprendizagem do francês realizados pelo Grupo de Genebra).

retificações feitas ao construto teórico por seu criador posteriormente. Além de apresentar o poder explicativo do conceito para a análise do sistema didático, o autor também apresenta os seus limites, que são: uma percepção redutora dos saberes escolares e uma definição restrita do próprio ato de transposição.

Já o texto *O espaço didático e a transposição*, de autoria de Jean-François Halté, como o texto anterior, também explora o conceito de *transposição didática*, apontando pontos positivos e negativos desse conceito no campo da didática e, em especial, no campo do ensino de línguas. A relevância do texto reside na consideração dos limites do conceito de *transposição didática*, especialmente para as disciplinas de ensino de línguas, uma vez que a prevalência do conhecimento científico em detrimento dos outros saberes, como os especializados e os escolares, leva a um processo descendente, do saber científico ao escolar, que favorece e preconiza o *aplicacionismo*. O autor defende uma didática “globalmente praxiológica”, caracterizando-se, em relação aos saberes, por uma “metodologia implicacionista” dos diferentes saberes, que nomeou de *elaboração didática dos saberes*. Segundo o autor, na elaboração didática, que considera o sistema didático inteiro e não somente o objeto de ensino, o professor (e o aluno), negligenciados em algumas das concepções de transposição didática, “são protagonistas essenciais” do processo.

Apresentados os trabalhos deste número, desejo que eles promovam uma leitura prazerosa e o diálogo entre pesquisadores do campo da linguagem.

*Rosângela Hammes Rodrigues*

*Editora*